

Só um pacto político tira o País do atoleiro

Antonio Bonfim

Um importante senador do PDS, muito procurado pelos jornalistas políticos e econômicos, está fazendo uma análise sombria da realidade brasileira, mas faz questão de permanecer no anonimato. Só fala se o repórter prometer que não divulgará seu nome ou o conteúdo de suas análises.

O principal de sua análise reside na afirmação de que o País precisa de um pacto político entre o governo e as oposições para adotar, com coerência, as medidas econômicas drásticas necessárias para a reabilitação da economia. "Não basta, diz ele, esperar pela retomada, que será gradual e lenta, do desenvolvimento das economias americana e europeia. O Brasil resolverá, no máximo até agosto, as suas contas externas, mas não vejo nenhuma iniciativa, nenhuma proposta no sentido de resolver as suas contas internas. A situação dos Estados e dos Municípios tende a se agravar, em função da própria queda da arrecadação e da situação de calamidade orçamentária que os novos governadores encontraram em seus Estados. A taxa de juros não vai baixar, porque é o Governo que as mantém altas, inclusive inflacionando o mercado do open com seus títulos. Para desgraça nossa esse panorama evolui num quadro de completo descrédito das autoridades econômicas".

Para esse senador, a situação interna se agrava em grande parte devido à migração das autoridades econômicas para o exterior.

Segundo ele, o Brasil erra quando transforma os ministros Delfim e Galvães, além do presidente do Banco Central, em negociadores do déficit externo. Teria sido melhor a designação de um ministro sem pasta, com grande crédito no exterior, para conduzir essas negociações. Ele cita mesmo o nome de Walter Moreiras Salles. Isto desobrigaria Delfim e Galvães de constantes viagens, com o que poderiam ficar aqui administrando o varejo da crise interna. Uma outra vantagem de um negociador específico, seria a preservação de uma autoridade mais alta, no caso Delfim ou Galvães, para renegociar as situações de impasse criadas pelo não cumprimento, por nossa parte, de políticas já negociadas. E extremamente desconfortável, diz ele, para um ministro da Fazenda ou do Planejamento procurar as mesmas instâncias financeiras internacionais para se desculpar por não ter podido cumprir o que havia prometido dois ou três meses antes. "No entanto - conclui o senador - é o que está ocorrendo agora mesmo".

Segundo o senador, o Governo não tem controle dos recursos públicos que giram na economia. Para mais de 18 trilhões de cruzeiros, apenas menos de 3 trilhões estão sob controle efetivo. Impõe-se uma reordenação drástica das contas públicas e a sociedade, por sua vez, precisa conhecer, para enfrentar, a situação real do País. Este, segundo o senador, é que deveria ser o ponto central de uma negociação honesta e profunda entre todos os setores responsáveis da sociedade.